

PROCESSO - A. I. Nº 278007.0030/06-9  
RECORRENTE - ELIELTON NOGUEIRA PURIDADE DE CANDEIAS  
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0275-04/06  
ORIGEM - INFAZ VAREJO  
INTERNET - 03/04/2007

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0060-11/07

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS APURADA ATRAVÉS DE AUDITORIA DE CAIXA. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Recurso Voluntário em apreço ataca a Decisão proferida pela 4ª JJF (Acórdão JJF nº 0275-04/06), que julgou Procedente o Auto de Infração acima indicado, lavrado em desfavor do recorrente, tendo em vista a apuração da seguinte irregularidade:

*“Estabelecimento identificado realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente. Multa: R\$ 690,00. Previsão legal: art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.”*

A Decisão alvejada, escorada no termo de auditoria de caixa de fl. 7, entendeu como constatada a existência de saldo credor no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), ***“servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que a diferença entre o valor encontrado no caixa e o registrado nos documentos fiscais, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão de documentação fiscal exigível”***.

Inconformado, o autuado interpôs o Recurso Voluntário de fls. 37/40, aduzindo que a infração apontada não subsiste, porquanto o saldo credor apurado pelo preposto fiscal refere-se a serviços prestados de consertos de aparelhos celulares, sobre os quais incide apenas o ISSQN, conforme ordens de serviço e recibo que aduz anexar à peça recursal.

Assim, pede a reforma da Decisão da junta, para julgar improcedente o Auto de Infração contra si lavrado.

A PGE/PROFIS, por conduto do Parecer de fls. 52/54, pugnou pelo improvimento do Recurso Voluntário interposto, invocando o art. 143, do RICMS, que dispõe que *“a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal”*.

## VOTO

O recorrente não trouxe, no Recurso interposto, qualquer matéria ou documento que pudesse justificar a reforma da Decisão proferida pela Junta de Julgamento Fiscal. O Recorrente não se dignou a trazer ao *in folio* nem mesmo os mencionados recibos e ordens de serviço que serviriam para demonstrar que o saldo credor de caixa é oriundo da prestação de serviços, e não da comercialização de mercadorias.

A par disso, a infração restou efetivamente caracterizada, porquanto o saldo credor de caixa, apurado por intermédio da auditoria cujo termo encontra-se à fl. 7, confessado pelo contribuinte, é suficiente para demonstrar que o recorrente adotou, em seu estabelecimento, a reprovável prática

de não emitir documentos fiscais para acobertar as operações que realiza, o que viola os arts. 142, VIII e 201, I, ambos do RICMS.

A multa aplicada, de seu turno, no valor fixo de R\$690,00 (seiscentos e noventa reais), está prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, não havendo falar-se em qualquer ilegalidade no lançamento de ofício levado a efeito.

Assim, é forçoso reconhecer a impertinência das razões deduzidas no Recurso Voluntário interposto, razão pela qual NEGOU PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **278007.0030/06-9**, lavrado contra **ELIELTON NOGUEIRA PURIDADE DE CANDEIAS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor total de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com os acessórios moratórios previstos de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de março de 2007.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

JOÃO SAMPAIO REGO NETO - REPR. DA PGE/PROFIS